Ata da primeira reunião ordinária do décimo período de reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Lavras, da sessão legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos cinco dias do mês de outubro do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luiz Narami - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Siqueira - 1º Secretário, Luiz Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Savi Costa - 2º Tesoureiro, João Batista de Rezende, Edson Dias de Abreu, Ennio Mendes de Siqueira, Nilson Teodoro de Carvalho, Evandro Costanheira Faceda, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva e Camilo Martins André. Não compareceu à reunião o Vereador Sebastião Carlos Torres. A ata da sessão anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: ofícios nºs 066/98 e 067/98, do Secretário M. Saúde e Gestor do SUS, fazendo informações; ofícios nºs 1325/98 ao 1327/98; 1338/98; 1344/98 ao 1350/98, do Chefe do Executivo, fazendo informações; ofício nº 278/98, do Secretário M. Desenvolvimento Urbano, fazendo informações; ofício nº 260/98, do Secretário M. Finanças, enviando a relação dos débitos da municipalidade; ofício nº 044/98, do Secretário M. Finanças, informando sobre os verbas para a Assistência Social; ofício nº 0265/98, do Gerente de Negócios da TELEMIG, fazendo informações; agradecimentos do Comte. da Polícia Florestal (ofício nº 375/98); Jornal do TCE; informação do Presidente da FEAM; comunicação sobre a nova diretoria do Centro Espírita Dr. Augusto Silva, para o biênio 1998/2000; informação do Superintendente do Cadastro da Prefeitura Municipal de Lavras. Deram entrada na casa os seguintes projetos: (1) Projeto de lei nº 034/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Dispõe sobre a Receita e Fi-

xa a Despesa para o Exercício de 1998"; ② Projeto de Lei nº 035/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Concede ajuda de custo às ex-diretoras, que menciona, das Escolas Públicas Estaduais Municipalizadas, e dá outras providências"; ③ Projeto de Lei nº 036/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Aprova o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 1999"; ④ Projeto de Lei s/nº (Autoria do Vereador Paulo Antônio Gonçalves) "Declara de Utilidade Pública a Casa Betesda de Transformação e Assistência". No próximo momento, o Presidente participou aos Vereadores da presença do Sr. Prefeito Municipal, João Batista Soares da Silva, que atendeu ao convite da Câmara, e o convidou para fazer parte da Mesa. Depois, pediu-lhe licença para que aguardasse a apreciação de alguns projetos, que seria breve, antes que começasse a discussão com os Vereadores. Assim, foram votados os seguintes projetos, que estavam em terceira votação e redação final: ① Projeto de Lei nº 027/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial no orçamento do Município, para custeio do pagamento dos sentenciados, com trabalho realizado para o Município, através do convênio com a Vara Criminal da Comarca de Taquaras, e dá outras providências". Foi aprovado à unanimidade. ② Projeto de Lei nº 032/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a pavimentar o pátio da loja dos Supermercados Rex Ltda., em construção no Taquara Shopping, e dá outras providências". Foi aprovado à unanimidade. ③ Projeto de Resolução nº /98 (Autoria da Mesa Diretora) "Transfere para o Poder Executivo bens móveis não servíveis ao Poder Legislativo". Também foi aprovado à unanimidade. Os projetos de leis nºs

sustados pela Mesa, até que passassem as eleições. Quanto aos projetos que deram entrada, ficaram aguardando o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, conforme o disposto no Regimento Interno, os Projetos de Leis nº 034/98 e 036/98, do Orçamento da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde, para 1999, respectivamente. O Vereador Emmio Mendes de Siqueira pediu vista ao Projeto de Lei nº 035/98, da ajuda de custo às ex-diretoras das escolas que foram municipalizadas. Em tempo: na votação (3ª) do Projeto de Lei nº 032/98, o Vereador Emmio Mendes de Siqueira votou contra mais uma vez, voltando a dizer que não achava justo que a Prefeitura deixasse de atender ruas, becos e vilas que ainda não contaram com a melhoria, que era a pavimentação asfáltica, para atender uma potência, que eram os Supermercados Rex e que não precisava da ajuda da municipalidade. O Projeto de Lei s/nº (Autoria do Vereador Paulo Antônio Pereira) "Declara de Utilidade Pública a Casa Betesda de Transformação e Assistência" passou pelas Comissões Permanentes, recebendo seus pareceres, que foram discutidos, votados e aprovados. O Projeto foi determinado para a ordem do dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. Vistos os projetos, o Presidente declarou aberta a discussão entre os Vereadores e o Prefeito, sobre a situação da administração municipal. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que foi confirmada de última hora a presença do Prefeito naquela reunião, mas algumas entidades gostariam de participar da reunião para apresentar diversos questionamentos. Perguntou ao Prefeito se não poderia ser transferida aquela reunião para a próxima segunda-feira após o

O Prefeito respondeu-lhe que era com satisfação que compareceria à Câmara, atendendo ao convite dos Vereadores, mas as entidades, assim como o povo, poderia atender em seu gabinete, que sempre estava de portas abertas. Achava que estava havendo talvez a tentativa de exploração política, com a convocação, pela rádio, do pessoal para a reunião em que compareceria. Disse que sempre estaria pronto para atender aos convites da Câmara. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira lembrou que o Vereador era o representante do povo e por ele falaria na reunião. O Presidente pediu a Prefeito que voltasse numa outra oportunidade, caso alguma pergunta não pudesse ser respondida ou o tempo não fosse suficiente para que todas as perguntas fossem feitas. Em seguida, concedeu a palavra aos Vereadores. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que não havia pessoa melhor que o Sr. João Batista, que era um ótimo cidadão e procurava o melhor para a cidade, mas, infelizmente, na administração municipal existiam vários casos que traumatizaram a população. O primeiro dizia respeito à saúde: demora para marcação de consultas, mal atendimento pelos funcionários, falta de medicamentos, falta de AIHs, problemas com as ambulâncias, atraso nos pagamentos do funcionamento do Pronto Socorro Municipal, etc. A segunda era quanto à educação: faltavam vagas nas escolas públicas municipais para o próximo ano, além das condições insatisfatórios de funcionamento das escolas; O terceiro era o empreguismo na Prefeitura, onde vários funcionários recebiam muito e trabalhavam pouco. O quarto era quanto ao estado da cidade, com lixo não coletado, ruas sem varrição, pavimentação, etc. Falou ainda, como exemplo, a situação de uma casa no

de desabar e até então nada foi feito para atender à família, que era carente. Falou ainda do problema do atraso no pagamento à pensão que hospedava os pacientes em tratamento em Varginha, que ameaçava não mais hospedá-los, além da falta de ambulância para levá-los. Depois, disse que aqueles problemas deveriam ser resolvidos por quem queria trabalhar para o bem da população. O Prefeito agradeceu-lhe pelas suas colocações e disse-lhe que o considerava um vereador atuante. Quanto à saúde concordou que o problema era sério e o preocupava, mas achava que talvez os problemas começassem a ser resolvidos a partir de conversas entre o Secretário M. Saúde, a Associação Médica, a Comissão de saúde da Câmara, etc.. Disse que estava de mãos estendidas para receber sugestões, mas sentia que algumas pessoas torciam para o pior, uma vez que conseguiram constatar sabotagem no sistema de marcação de consultas por telefone, quando muitas pessoas marcavam e não compareciam. O Vereador Emmio Mendes de Siqueira disse que as consultas eram marcadas para trinta ou trinta e cinco dias depois e em muitos casos as pessoas não podiam esperar. Disse que o primeiro passo para melhorar era acabar com a marcação por telefone e lembrou que na época do Secretário Dr. José Loyola o problema foi sanado. O Prefeito disse que estavam tentando solucionar o problema seguindo os exemplos de Uberlândia, Betim e Juiz de Fora, onde estava dando certo. O Vereador Edson Costa da Silva disse ao Prefeito que no ofício que lhe enviara não o criticava, mas fazia sugestões e se colocara à disposição, com a sua pouca experiência em saúde pública. Disse que o fórum principal de discussão das ações da saúde pública era a conferência municipal de saúde e no conselho estavam representados paritariamente os usuários, os prestadores de serviços e os trabalhadores em saúde, mas

sistema vinha sendo atropelado. Disse que o projeto de lei, que alterava a lei sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde, não era um desejo da Câmara, mas do povo que estava ali representado e que desejava que a democracia começasse a funcionar onde se discutia sobre a saúde pública em bairros e que as decisões do Conselho fossem respeitadas. Disse que não estava fazendo política com a saúde, mas lutando pelos interesses do povo que representava. O Presidente participou aos Vereadores da presença do assessor jurídico da Prefeitura, Dr. Antônio Hamilton de Abreu, e o convidou para a Mesa. O Vereador Leandro Castanheira Macedo disse ao Prefeito que o povo preferia esperar nas filas para marcar as consultas, do que a marcação por telefone, quando as consultas eram marcadas para bem mais adiante. Depois, disse que achava que o Secretário M. Saúde era contra as ambulâncias, que haviam prestado grandes serviços à comunidade, porém, já não acontecia como na primeira administração do Prefeito, quando existiam três ou quatro delas. Achava que o Prefeito devia interferir naquela questão. Disse ainda que faltavam medicamentos nos postos de saúde, como era o caso do Posto de Saúde da Cruz Vermelha, enquanto existiam no almoxarifado da Prefeitura. O Vereador Camilo Martins André pediu aparte e disse que com respeito, digo, como representante de associação de bairro participou da Conferência e pode ser que o Secretário Municipal de Saúde não dava ouvidos à opinião e queria que valesse o que ele decidisse, atropelando o Conselho Municipal de Saúde. Disse que gostaria que o Secretário fosse mais flexível com quem trabalhava com ele no Conselho. Pediu ainda que nos postos municipais de saúde não faltassem curativos, que as pessoas fossem atendidas com mais

respeito e atenção. O Prefeito, digo, o Presidente disse que esteve no Hospital do Coração e pôde ver que devido à demora da consulta marcada por telefone, as pessoas estavam procurando o pronto socorro para conseguirem uma consulta, atrapalhando os atendimentos de emergência. O Vereador Luis Carlos dos Santos disse ao Prefeito que enviou para ele inúmeros pedidos para a construção de abrigos nos postos de saúde, assim como a construção lá de banheiros e a colocação de bebedouros, porque o povo preferia as filas e conseguir logo a consulta. Disse que ainda havia tempo para corrigir aquele erro e pediu a intercessão do Prefeito junto ao Secretário Municipal de Saúde. O Prefeito concordou que o Conselho Municipal de Saúde era o fórum para as discussões sobre a saúde, mas às vezes eram pessoas leigas que discutiam o que deveria ser discutido, decidido e legítimo. Ressaltou que deviam buscar um caminho e que comparecem à Câmara com espírito de ajustar e não para debater ou "atiçar pedras", porque assumiram compromisso com o povo e não para satisfazer vaidades. Quanto à questão do mal atendimento nos postos, disse que os funcionários envolvidos deveriam ser chamados à responsabilidade. Disse que queria acertar e não usar um problema para criar uma situação política, mas sabia das boas intenções e que para resolver aquele problemas era preciso que houvesse união. Sugeriu que a Câmara nomeasse os Vereadores ligados à área da saúde, que se reunissem com Secretário M. Saúde e os representantes do conselho, para juntos buscarem soluções. Disse que gostaria de criar uma fundação municipal de saúde

ra aperfeiçoar a saúde, uma vez que ele não tinha a intenção de mando político. Disse que Lauras possuía aparato, mas precisava se organizar. Disse que estava pronto para fazer o que fosse preciso para solucionar o problema, trabalhando com seriedade. O Presidente solicitou que a comissão de saúde da câmara entrasse em contato com o Prefeito para marcar aquela reunião. O Vereador Edson Costa da Silva disse que não tinha a ousadia de achar que na sua passagem pela Secretaria Municipal de Saúde pudesse resolver os problemas da saúde no Município, porque a administração era dinâmica e a saúde mais ainda, mas achava que o prefeito deveria ver que o Conselho Municipal de Saúde era o fórum mais adequado para se discutir sobre a saúde, porque era paritário e formado não só de pessoas leigas: tinha 50% de usuários; 25% de prestadores de serviços e 25% de trabalhadores na saúde, que entendiam dos assuntos. Disse que poderia participar daquela reunião, mas estava tentando criar um fato político para que fosse dada a devida importância ao Conselho Municipal de Saúde, que decidia sobre as ações, e não o Secretário. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira pediu ao Prefeito que providenciasse asfaltar todas as ruas e bairros da cidade, uma vez que havia já chegado o maquinário para aquele serviço. Pediu ainda a construção de uma quadra ou praça de esportes em cada uma das áreas da cidade, com o objetivo de tirar os meninos das ruas e incentivando-os a prática do esporte. Depois, perguntou ao prefeito se havia tomado conhecimento do relatório feito pela Pastoral da Igreja. O Prefeito respondeu-lhe que havia tomado conhecimen

disse que era o objetivo de sua administração beneficiar todas as ruas e bairros da cidade. Quanto à construção de praças de esporte, disse que na zona norte, no campo do Fabril, já iriam fazer uma ampliação, pavimentando a pista para caminhadas, a exemplo da pista da SEL, e que havia um projeto para transformar aquela área de forma a atender toda aquela região. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira perguntou ao prefeito por que motivo o pronto socorro saiu da Santa Casa. O prefeito respondeu-lhe que a Santa Casa não quis continuar com o pronto socorro devido ao atraso nos pagamentos. Disse que deviam nove meses, sendo três da sua administração. O Vereador perguntou ainda se o valor que seria pago ao Hospital do Coração era menor que o pago à Santa Casa. O prefeito respondeu-lhe que seriam pagos quarenta mil reais por mês e o hospital colocou a sua frota de ambulâncias à disposição e a Prefeitura, em contrapartida, colocou pessoal no atendimento, de motorista e o que mais fosse possível. O Vereador Edson Costa da Silva perguntou ao prefeito se tinha certeza que eram nove meses de pagamentos atrasados. O prefeito respondeu-lhe que quando assumiu a Prefeitura estavam atrasados seis meses e parecia que no final do mandato, a prefeita pagou algo. Ele pagou três meses e ficaram três. O Vereador perguntou se nos primeiros seis meses de funcionamento do pronto socorro no Hospital do Coração seriam pagos quarenta mil reais e nos outros meses sessenta mil reais, além do pessoal e outros benefícios incluídos no contrato, o que, ao final, somaria um gasto maior do que era quando funcionava na Santa Casa. O prefeito

ser jurídico e que a rescisão do outro contrato partiu da Santa Casa, enquanto ele achava que lá funcionava bem o serviço e lá deveria continuar. O Vereador Edson Costa da Silva disse que a Santa Casa estava numa situação difícil e não poderia manter o pronto socorro daquela forma, sem condições de honrar seus compromissos e para não piorar a situação, optou por não continuar com o serviço. O Vereador Casimiro da Silva perguntou ao prefeito sobre o andamento das obras de terraplenagem da área para a implantação da SULMAG; as de construção do aeroporto; sobre a desapropriação de uma área para a implantação da INSHUMOTECH; e por que motivo foram paralisadas as obras da avenida do contorno. O prefeito respondeu-lhe que as obras para a implantação da SULMAG corriam bem e que tiveram dificuldades com recursos, porque o pessoal não queria tocar as obras sem que tivessem a garantia de receber pelos serviços; tiveram problema para retirar uma linha de distribuição da CEMIG, que passava pelo terreno e oferecia riscos; mas aos poucos os problemas foram resolvidos e os trabalhos corriam a pleno vapor. Quanto à INSHUMOTECH, disse que havia um pouco de atraso porque estavam estudando já uma terceira área para desapropriação, uma vez que não obtiveram êxito com a primeira e segunda áreas escolhidas, devido às dificuldades para negociação. E aquela terceira, que era de quase cento e cinquenta hectares, poderia ser comprada pelo mesmo valor da outra, que era de oitenta hectares. Quanto às obras para a construção do aeroporto, disse que felizmente não enfrentavam problemas e o governo do Estado liberou a ordem de serviço no valor de um milhão de reais e a firma responsável já fazia medições. Tinham mais um milhão de reais garantidos pelo

Aeronáutica e correriam atrás de mais um milhão, que seria a contrapartida do Município, pensando buscá-lo junto à EMBRATUR ou à Lamarque Correia. Quanto à aveni da do Contorno, disse que realmente houve uma para lisação no andamento das obras e contou que a candi data a deputada de Faurras procurou o pessoal de Fur nas e ameaçou que se não parassem as obras de - numeiaria que estavam fazendo obra eleitoreira na ci dade, para ajudar o candidato a deputado federal Éli seu Resende. Furnas optou então por parar as obras e recomeçá-las após as eleições. Disse que não compa receu à Câmara na reunião anterior justamente porque o diretor de Furnas, Dr. Dimas, o chamou até o Rio de Janeiro para participar-lhe daquele assunto e porque ele estava sempre cobrando por telefone o recomeço das obras. O Vereador Cassimiro da Silva disse que todo o maqui mário para pavimentação asfáltica havia já o Municí pio adquirido e perguntou ao prefeito se existia a perspec tiva de asfaltar o trecho de acesso à nova concessionária da Ford. O prefeito respondeu-lhe que para aprender a lidar com o maquinário, o pessoal vinha preparando a Estrada do Madeira, para em seguida pavimentar a cidade. Disse que existiam lugares que eram prioritários para receber a melhoria, porém, não contavam com a infra-estrutura necessária, então primeiro fariam a infra-estrutura en quanto as máquinas já trabalhavam em outro local já preparado. Citou como prioridade a rua Paulo Costa Pereira, o "Mutirão", o Bairro Jardim América, Vila Rica, Serra Verde, Água Limpa e Delfino de Souza. Pediu a compreensão de todos para o fato de ter a infra-estrutura de ser prepara da antes da pavimentação. O Vereador João Batista

político a que pertenciam, todos queriam o melhor para a cidade e ele ficou preocupado quando houve o problema com a SULMAQ, que ficou de, digo, que ficou na iminência de implantar a sua unidade em outro Município. Disse que correu atrás da diretoria da empresa para que a decisão fosse reconsiderada, o que conseguiu, mas a empresa espera va que a Prefeitura cumprisse o cronograma e o compromisso assumido, uma vez que receberiam já o maquinário e não havia ainda o local preparado. Esperava que o Prefeito entrasse em contato com a SULMAQ e acertasse de vez a sua implantação na cidade. O Prefeito disse que era testemunha do empenho do Vereador naquela questão e acreditava que o problema já estava contornado. Disse que o Prefeito de Nazareno pediu um terreno ao lado do que seria implantada a SULMAQ para instalar a sua transportadora de leite. Achava que dentro de poucos dias terminariam com a terraplenagem. Explicou que houve demora também pelo fato de ter que definir sobre o tipo de terraplenagem que seria feita no local até que chegassem a de dois níveis, que ficou bem mais barata. Quanto ao terreno da Ford, disse que achava justo que a empresa fosse beneficiada, uma vez que beneficiaram as de fora. Informou que estava com quinze pedidos de empresas que queriam instalar suas unidades em Ibaiti e acreditava que até o final do ano enviaria projetos à Câmara. O Presidente perguntou ao Prefeito de que forma estavam sendo pagas as obras do aeroporto, uma vez que esteve no local com o Vereador Ennio Mendes de Siqueira e viram apenas uma máquina trabalhando e acharam que se fosse apenas daquela forma levaria um bom tempo e o dinheiro seria insuficiente. O Prefeito respondeu-lhe que

medições e contratava as empreiteiras. Não tinha maiores informações. O Presidente pediu-lhe que procurasse mais informações, porque tinha receio de empreiteiras e que o dinheiro fosse todo gasto. O prefeito respondeu-lhe que poderia encaminhar o pedido ao DER. O Vereador Edson Alves de Moura disse que acreditava nas pequenas empresas, que acabavam também gerando empregos. Lembrou ao prefeito do pedido que lhe fizera há algum tempo a respeito do pessoal de Bordões que pretendia instalar sua empresa em Ibaiaras e ele ficou de arrumar uma área, mas até então continuavam esperando. O prefeito respondeu-lhe que estavam procurando áreas e viabilizando recursos para a desapropriação e aquela empresa estava entre as quinze que havia mencionado. O Vereador Camilo Martins André disse ao prefeito que nos serviços de pavimentação asfáltica fosse dada prioridade às ruas que estivessem mesmo em situação precária, como, por exemplo, as do Conjunto Habitacional "Água Limpa". O prefeito citou também as do Bairro Jardim Fabiana. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que a todo momento se falava em crise financeira e o governo federal anunciava cortes. Perguntou se a verba destinada pelo governo corria risco e como seria liberada. O prefeito respondeu-lhe que na Aeronáutica tinham cerca de cento e dois milhões de reais de recursos provenientes das taxas de embarque e o governo queria pegá-los para outras finalidades, mas não aceitaram e decidiram que seriam utilizados apenas para melhoria dos aeroportos. Disse que aquele dinheiro estava sobrando e aquele um milhão de reais para Ibaiaras já estava empenhado, assim como o outro um

o que cabia ao Município. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que seria bom se o povo comparecesse à Casa como naquela noite, para acompanhar os trabalhos dos Vereadores. Depois, cobrou do Prefeito o cumprimento de algumas leis como a higienização dos trailers, o atendimento preferencial a idosos, gestantes, deficientes físicos em bancos e outras repartições públicas, uso de crachás pelos servidores públicos, e colocação de placas alusivas nas obras realizadas pela Prefeitura, etc. Cobrou ainda providências para a conservação e preservação das nascentes, medidas para evitar o desmatamento, a caça e a pesca predatórias. Depois, perguntou sobre a aplicação da verba repassada ao Município pelo Governo Federal, através do projeto HABITAR Brasil, e sobre a utilização dos poços artesianos perfurados nas comunidades da zona rural. O Prefeito respondeu-lhe que com respeito às casas que foram beneficiadas através do projeto HABITAR Brasil, o Vereador poderia chamar o Secretário de Obras, visitar uma a uma e ver o que foi feito. Quanto aos poços artesianos, disse que a COPASA fez as perfurações e que a própria companhia iria conseguir recursos para colocar todo equipamento em funcionamento. Disse que o uso da água às vezes tinha uma finalidade específica como, por exemplo, para uma escola, e ele não via motivo para cobrar pelo uso, a não ser que estivesse havendo desperdício ou abuso. Quanto ao meio ambiente disse que era uma questão importante e deveria ser vista com seriedade. Observou que a cidade se autodomina, mas a zona rural deveria ser acompanhada com atenção, principalmente o que dizia respeito à água. Disse que o Vereador, como integrante do CODEMA, e o seu irmão, Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente no

deriam fazer um bom trabalho naquela área. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho perguntou ainda ao prefeito sobre a situação das cestas básicas para os servidores públicos. O prefeito respondeu-lhe que foi interpretado mal quando apresentou o projeto alterando a lei de concessão das cestas básicas aos servidores públicos, e acabou retirando-o de tramitação. Explicou que era totalmente a favor da distribuição das cestas básicas, quando se podia, e pela lei a Câmara o autorizava e não o obrigava a distribuí-las. Disse que estava ficando pesado para a Prefeitura distribuir as cestas naquelas circunstâncias, primeiramente para servidores que talvez nem precisassem. Disse que tentou racionalizar a distribuição das cestas, para que aquele servidor que mais precisasse continuasse recebendo. Explicou que por filosofia a cesta básica servia para melhorar o sustento do trabalhador e de sua família e ele não queria deixar o servidor de menor renda sem aquele benefício. O Vereador Edson Alves de Abreu observou que os itens da cesta básica, aprovada por lei, foram reduzidos em 40% e depois daquela redução os servidores não recebiam as cestas há dois meses. Perguntou ao prefeito se ele pretendia revogar a lei, com data retroativa, conforme o que vinha sendo informado aos servidores pelo Sindicato. O prefeito respondeu-lhe que não pretendia revogar a lei e que procurava fazer um ajuste, dentro de suas possibilidades, dando cestas com itens que realmente ajudassem no sustento e para os servidores que precisavam. Voltou a dizer que o momento era difícil, mas fazia esforço para atender o que foi estabelecido. O Vereador Leandro Castanheira Macedo disse que todos os servidores estavam interessados na redução do problema das cestas

básicas e ele concordava que existiam distorções na distribuição das mesmas. Sugeriu que fosse formada uma comissão especial para estudar o problema junto com o prefeito, para que pudesse ser resolvido o mais rápido possível. O Vereador João Batista de Rezende disse que vários servidores acharam que as cestas não estavam sendo mais distribuídas por culpa da Câmara. Achava que dentro da Prefeitura existiam pessoas distorcendo os fatos, jogando a culpa nos Vereadores, enquanto todos estavam preocupados em resolver o problema. O prefeito disse que achava que todos deviam trabalhar juntos para o mesmo objetivo. O presidente disse ao prefeito que quando o projeto deu entrada na Câmara foi sustado para que os servidores pudessem ser ouvidos, através do sindicato, e que viu uma lista com novos itens para compor a cesta. Foram então à prefeitura e apresentaram-no ao assessor jurídico e ao Executivo e aqueles itens foram aceitos. Quanto aos servidores que seriam beneficiados, disse que a lei dava o direito a todos. Como exemplo, citou o caso de um dentista no início de carreira e contratado pela Prefeitura. Disse que aquele servidor também devia ser beneficiado, porque também precisava da cesta. Sugeriu que fosse visto caso a caso e observou que a lei abrangia a todos, inclusive aposentados e pensionistas, aprovado por decisão unanime da Câmara. Disse que achava que houve uma contratação desnecessária de pessoal pela Prefeitura, o que deixou comprometida a economia do Município, prejudicando a distribuição das cestas. Disse que, na sua opinião, deveria haver um controle das finanças. O Vereador Camilo Martins André pediu apoio e sugeriu que o Sindicato fizesse memorando

básicas, passando informações corretas, para que isso dê margem a controvérsias envolvendo a Câmara. O prefeito assumiu que erraram ao aceitar a lista com aqueles itens e discordou do Presidente no que dizia respeito ao dentista, porque trabalhava meio horário e ainda tinha seu consultório montado. O Presidente disse que nem todos tinham condições de ter consultório montado no início de carreira. O prefeito disse que, fazendo uma comparação, os servidores que trabalharam na coleta de lixo ou nos serviços de tapa-buracos só tinham aquele emprego e realmente precisavam das cestas básicas. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que jamais mudaria o seu posicionamento no que dizia respeito aos serviços feitos pela Prefeitura, pois achava que não deveria haver um direcionamento e todos serem atendidos de maneira igual. Depois, perguntou ao Prefeito porque houve uma mudança na colocação dos telefones na zona rural, uma vez que tanto ele, como os Vereadores João Batista de Rezende e Edson Alves de Abreu discutiram e apresentaram pontos estratégicos para a instalação do serviço, da melhor maneira possível para atender às comunidades rurais e ficou surpreso quando viu que um telefone foi instalado num latifúndio e de difícil acesso para a comunidade. O prefeito explicou-lhe que houve um erro de impressão e que na verdade o telefone deveria ser instalado na Cachoeirinha II e o erro seria corrigido. Garantiu que acertou com a Oitel a instalação de telefones nas comunidades de Três Barras e Cachoeirinha. O Vereador Edson Alves de Abreu falou ao prefeito da admiração e respeito que tinha por ele e que

ma. Disse que o pessoal do Detel esteve na sua comunidade (Três Barras) e o próprio Presidente do Detel, Sr. Paulo Menicucci, ligou para ele garantindo a instalação do telefone, o que acabou não acontecendo. Achou muito estranho o que aconteceu e procurou saber do Sr. Paulo Menicucci e ele novamente garantiu que a comunidade foi atendida e que alguém agiu de má-fé. Passou um fax para ele informando que a comunidade seria atendida. Disse que ficou sabendo que aquele telefone foi tirado da comunidade para atender a um funcionário de cargo de confiança da prefeitura, na outra comunidade, e ele tinha documentos que comprovaram o que dizia. Perguntou ao prefeito se sabia que estava havendo perseguição a ele, porque só poderia pensar que era aquilo que estava acontecendo, uma vez que a comunidade sua era uma dos maiores da zona rural, que contava com um posto de saúde, um núcleo escolar e uma igreja e realmente precisava do telefone. O Prefeito respondeu-lhe que tudo aconteceu daquela forma por causa da pressa de fazer, mas ao final de tudo houve um ponto positivo: ganharam mais dois telefones, um para a Cachoeirinha 2 e um para as Três Barras. Disse que forma alguma houve perseguição, mas desinformação, que seria corrigida o mais rápido possível. O Vereador Édson Dias de Moreu disse que até em dois jornais foi divulgada a instalação do telefone na comunidade e ele acreditava no Prefeito e sabia que ele jamais faria aquilo, mas sabia que existia funcionário na Prefeitura querendo prejudicar o prefeito. Disse que o prefeito deveria ficar atento e não aceitar que aquilo acontecesse. O Vereador João Batista de Rezende pediu aparte e disse que esteve no escritório do Detel e na oportunidade pôde ver e participar da escolha dos locais mais

ficou surpreso no dia da inauguração na Cachoeirinha II, onde souberam que o telefone foi instalado na Cachoeirinha I, por ordem do Vice-Prefeito Marcos Passato, assim como o telefone que seria instalado no Cerro e foi para Nepomuceno. Disse que o Vice-Prefeito usou de politicagem para acertar pontos de interesse dele e não da comunidade. Achava que o Executivo deveria tomar cuidado com os próximos telefones, que deviam ser usados para atender aos interesses da comunidade e não a caprichos e vaidades do vice-prefeito. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse ao Prefeito que achava lenta a produção de massa asfáltica, uma vez que a capacidade da usina era de quarenta toneladas por dia. Falou ainda da necessidade de contenção de despesas na Prefeitura para viabilizar o pagamento das dívidas do Município. Finalmente perguntou sobre a situação da APAE. Disse que para resolver os problemas era preciso um diálogo entre o Executivo e o Legislativo. O Prefeito agradeceu aos Vereadores pelas cobranças e pelo alerta e respondeu ao Vereador Nilson Teodoro de Carvalho que era grande a capacidade de produção da usina de asfalto, mas não era grande a capacidade de aplicação. Explicou que foram abertas duas frentes de tapa-buraco e com a chegada dos equipamentos teriam de abrir uma terceira frente para o serviço de pavimentação. Disse que o custo da produção era pequeno e em pouco tempo poderia ser pago o investimento. Quanto às dívidas, disse estavam sendo arroladas e estavam em torno de quatro milhões de reais, desde 1996 e havia coisa empenhada que não estavam nas estimativas. Quanto à APAE, disse que estava pagando

em dia os pagamentos. Ressaltou que não aumentou o número de cargos de confiança e que, infelizmente, nem todas as pessoas eram as melhores em suas funções. Disse que não era fácil administrar pessoas e que a folha de pagamentos de pessoal estava ficando em torno de cinquenta e dois mil reais. Como todos estavam sabendo, o próximo ano seria difícil em todo o País e deveriam ocorrer cortes. Explicou que 90% dos contratados foram para a educação, devido à municipalização das escolas. Disse que a tendência seria eliminar os contratados e solucionar o problema com a realização de concurso público. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que se preocupava com o dinheiro que foi gasto quando foi decretado estado de calamidade pública no Município e para a recuperação das microbacias e nascentes. Agradeceu ao Prefeito pela atenção e desejou a ele sucesso, pedindo-lhe que ouvisse mais a Câmara. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que há poucos dias pediu à prefeitura o valor da dívida do Município e recebeu a informação que a dívida estava em torno de dez milhões de reais. O Prefeito explicou que havia coisa empenhada como obras contratadas e ainda não executadas, aquele um milhão de reais para a construção do aeroporto. Disse que a dívida vencida girava em torno de quatro mil e novecentos reais, e que pagariam só o que era devido. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho pediu que fosse formada uma comissão da Câmara para rever a situação daqueles serviços. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que achava importante a presença do Prefeito na Câmara porque poderiam alertá-lo sobre os problemas da cidade e das críticas que recebiam diariamente e achava necessário [illegible]

preparou um pronunciamento para apresentá-lo naquela reunião, que era o seguinte: "Nada tenho contra a pessoa do Dr. João Batista, pessoa esta simples, amiga e bom de papo, mas muito tenho contra o prefeito João Batista e sua administração: pois sou honesto e muito criterioso nas minhas afirmações o que pode ser comprovado por meus colegas vereadores com os quais eu tenho o maior respeito; não sou oposição nem situação pois carrego comigo a bandeira do Município e defendido o interesse do povo que muito me orgulho de representar, sendo assim sinto-me na obrigação de lutar pelo povo e cumprir com dignidade meu mandato e enquanto não estiver satisfeito estarei criticando a atual administração: se esta continuar mal, e estarei à disposição para ajudá-la e serei o primeiro a aplaudi-la e elogiar quando estiver cumprindo bem o seu papel. Graças a Deus, gozo de muita amizade na imprensa escrita e falada e a partir de hoje serei cada vez mais contundente nas minhas críticas à atual administração mas sempre falando a verdade e com provas, até que eu perceba uma administração que louvas mereça, eu sei que existem muitas dificuldades mas falta vontade, empenho e decisão; acredito que é o que pensa mais de 90% dos lauvenses. Para quem não sabe a atual administração teve início recebendo uma dívida de 1.700.000 a 2.000.000 de reais, porém, com o Município em bom estado e com obras em andamento e com uma arrecadação média mensal de 1.300.000 reais sendo que a dívida atual estima-se que gira em torno de 8 a 9.000.000 de reais segundo os balancetes que temos aqui na Câmara e se em dois anos e meio 6 a 7 milhões de reais a dívida será de 12

a 14.000.000 de reais no final de quatro anos, só o deficit da atual administração, se tudo continuar assim. Eu e o povo perguntamos: onde estão as obras e as realizações, como ficará o próximo prefeito, será que algo de errado não está acontecendo? Será que o único caminho seria este? Será que todas as cidades estão nesse mesmo caminho? Acredito que temos que seguir as cidades que estão progredindo. Espero que estas críticas sejam construtivas, não gostaria, nem estou feliz de ver nossa cidade assim, ela continua no CTI e em fase agonizante, isto é o que eu penso, penso meus amigos, meus eleitores, meus pacientes e com certeza a grande maioria dos laurenses. Tenho imenso orgulho de ser vereador, imagina ser prefeito de Laurus com mais de 90% de aprovação popular, cidade pólo, de um povo culto e educado, de passado de grandes políticos, de muitas escolas e com um bom salário, o que não é possível é entender tanta falta de motivação que todos percebem até mesmo as pessoas mais simples. Eis alguns pontos que precisamos esclarecer à nossa população: 1. Será que o prefeito não fica muito pouco tempo na prefeitura? 2. Será que o prefeito não está viajando muito, quase não traz soluções e está distante do povo, dos vereadores e ainda gera gastos? 3. Será que não falta sincronismo de trabalho da equipe na atual administração, dando muito poder a quem não deveria e podando pessoas de modo errado? 4. Quando teremos um planejamento de trabalho para o Município? 5. Quando teremos uma modernização na atual administração fazendo-a funcionar como uma empresa? 6. Quando será reduzido os gastos para sobrar dinheiro e ser aplicado [illegible]

nome da atual administração, pois muitos julgam que o dinheiro que está muito difícil não está sendo gasto corretamente. 7. Quando será reduzido o quadro de funcionários, digo, o quadro de funcionários de maneira correta, principalmente os comissionados, onde muitos ganham até bem, sem ir ao trabalho e sem prestar serviço, o que gera desestímulo para muitos que trabalham e ganham muito pouco (motorista de ambulâmeia, atendentes de postos e a grande maioria) recebendo atrasado e sem perspectiva de sonhar com qualquer melhora de salário. 8. É preciso diminuir os aluguéis, pois, enquanto a prefeitura está nova e em época de crise e além de ser antifuncional e gerar gastos com telefonemas, transporte, etc., a Secretaria de Finanças envergonha a atual administração sendo despejada por ficar 7 meses sem pagar o aluguel. 9. Até quando a atual administração ficará sem crédito (não paga convênio com a APAE há 13 meses, quanto socorro mudou principalmente por falta de pagamento, aluguéis não são pagos, funcionários com pagamentos atrasados, como vai ficar o 13º, todos estão preocupados, e os fornecedores em geral quando será feito um planejamento para pagá-los). 10. O prefeito precisa aprender a falar não, pois quase tudo promete e na maioria das vezes não consegue cumprir os compromissos assumidos, até mesmo com empresas que querem se instalar em nossa cidade como a SULMAG e a INSHUMOTECH, que irão gerar empregos e são de interesse de toda comunidade. 11. Não fica bem fazer promessas e não cumpri-las pois enquanto toda cidade está abandonada no dia da inauguração da Usina de

bairros da cidade estariam asfaltados e nenhum foi. 12. A saúde vai de mal a pior: pronto socorro fechado por falta de pagamento, falta medicamentos na farmácia do Município, inclusive muitos lourenses estão pegando medicamentos em Ipoi; serviço de ambulância precário, mal dar consulta pelo telefone funcionando mal, transferir pacientes para outros centros está cada vez mais difícil, cirurgias programadas como hérnia, cisto de ovário, etc. estão suspensas por tempo indeterminado. 13. na área social está de mal a pior, no momento em que o povo mais sofre e o prefeito que sempre disse ser amigo dos humildes os abandonou. 14. O SEBRAE, a pastoral social da Igreja Católica, os vereadores e a comunidade tem levantado os problemas e as soluções e tudo continua o mesmo sendo que dois anos já se foram, será que tudo terminará assim? 15. A grande maioria das leis votadas na Câmara não são executadas, tais como: animais soltos por todo lado, lotes com problemas, etc. 16. Desde que veio à Câmara no início da administração os problemas eram praticamente os mesmos e continuam a crescer e as promessas foram feitas e nada aconteceu de positivo, até quando temos que esperar? 17. Será que apenas uma promessa de serviços tapa-buracos e asfaltamento com aquisição da usina de asfalto deixará os lourenses felizes? 18. Na área de educação são inúmeros problemas, pois as escolas estão em situação precária, sendo que até as lâmpadas faltam em muitas delas. 19. Moradores da rua José Augusto Amaral, próximo à SELT, que tiveram prejuízo com a enchente e que foram ressarcidos pela Prefeitura, estão bastante preocupados pois novos prejuízos poderão ter, se as obras de canalização não forem

nas, o que poderá trazer novos prejuízos para o Município.". O Prefeito disse que entendia a posição do Vereador, de querer ajudar. Achava que estava faltando mostrar o que a administração estava fazendo e talvez por aquele motivo a avaliação não fosse tão boa. Disse que, por exemplo, no Bairro Vila Rica foi feita toda a rede de esgoto; que na sua administração estava sendo colocado o maior número de postes de iluminação pública; que a educação no Município servia de referência e exemplo; que estavam contactando com 15 ou 16 empresas que pretendiam se instalar no Município. Disse que era mais fácil criticar e cobrar o que não foi feito, mas reconhecia que as críticas procediam. Agradeceu e chamou a todos para trabalharem menos, digo, juntos e pelo mesmo objetivo, fazer o melhor para a cidade. O Vereador Luis Carlos dos Santos agradeceu ao Prefeito e falou da sua admiração por ele. Disse que confiava na sua administração e torcia por ele. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira pediu ao prefeito que comentasse sobre a concorrência para o transporte coletivo; sobre o empréstimo para a construção de redes de esgoto; e sobre a firma contratada para a cobrança do IPTU. O prefeito explicou que havia uma comissão trabalhando no processo licitatório, inclusive com representantes da Câmara, e ele não sabia exatamente em que ponto estavam; quanto à licitação para o serviço de canalização de esgoto, disse que a primeira foi cancelada e naquele dia homologou a segunda e o serviço seria concluído. Quanto à firma que estava responsável pela cobrança do IPTU, disse que suspenderam o contrato até que fosse feito um relatório para depois ser feita uma reavaliação e novamente a cobrança dos impostos. O Vereador Edson

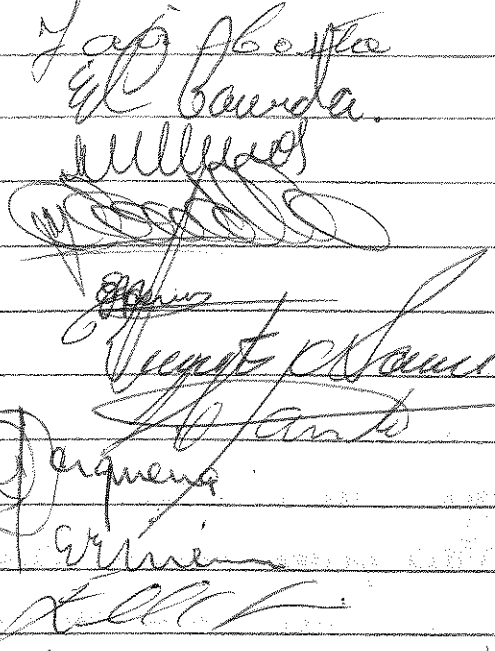
núcleos escolares e sobre os poços artesianos que foram perfurados pela COPASA na zona rural, faltando ainda a construção de reservatórios e da rede de distribuição. O Prefeito disse que felizmente a COPASA entregaria tudo pronto. Quanto à construção dos núcleos, disse que começariam imediatamente a construção e poderiam usar parte do dinheiro do FUNDEF. Falou ainda que a intenção da administração com respeito ao prédio do mercado municipal era realmente passá-lo para a Associação dos Lojistas e Feirantes, faltando apenas que fosse acertada a forma com a assessoria jurídica. O Vereador Edson Alves de Abreu pediu aparte e disse ao prefeito que se sentiu ofendido com o que aconteceu e sabia que ele nada tinha a ver com o fato. Disse que ficaria satisfeito se ele resolvesse o problema. O Vereador Evandro Costa Moreira Barcelos falou da sua admiração pelo Prefeito e disse que achava que o Prefeito estava pagando um preço muito grande pelos erros cometidos dentro da administração, muitos não por culpa dele, mas dos cargos de confiança. Disse que apesar de estarem de lados opostos nunca deixou de considerá-lo e torcer para que fizesse o melhor para a cidade. Disse que se os Secretários e Superintendentes deviam dar mais atenção aos requerimentos dos Vereadores para a melhoria da administração. Ao final disse que há quase três ou quatro meses a Associação de Lojistas e Feirantes tomou todas as providências legais com o objetivo de receber o mercado municipal, conforme o que foi entendido e ele era constantemente cobrado pelas pessoas. Disse ao prefeito que torcia pela sua administração e que ele saísse com 100% de aprovação do seu governo. O Prefeito disse que realmente precisava priorizar a questão do Mercado

extar os detalhes. O Presidente pediu licença ao prefeito para que pudessem votar os pareceres exarados para o Projeto de Lei nº - (Autoria do Vereador Paulo Antônio Barqueira)" Declara de Utilidade Pública a Casa Betesda de Transformação e Assistência". Os pareceres foram então, discutidos, votados e aprovados, cada um ao seu tempo, e o projeto foi determinado para a ordem do dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. Já era meia-noite e o Presidente, seguindo o Regimento Interno, disse que deveria fazer a chamada final dos Vereadores, mas ainda alguns Vereadores, inclusive ele, queriam fazer mais questionamentos ao prefeito e quem quisesse, ou pudesse, poderia permanecer. O Secretário fez a chamada final dos Vereadores e não puderam permanecer os Vereadores Evandro Castanheira Macarda e Luis Carlos dos Santos. O Vereador Edson Costa da Silva disse que os Vereadores eram testemunhas que ele nunca fez e nem fazia oposição sistemática à administração dele e, inclusive, ele tinha discutido, votado favoravelmente todos os projetos que eram de interesse da coletividade, mas não abria mão, em hipótese alguma, de exercer o seu papel de fiscalizador, legislador e defensor dos interesses da comunidade na Câmara, e faria sistematicamente aquilo e escreveria em jornais todas as vezes que achasse necessário expor o seu ponto de vista, assim como o Prefeito tinha feito, gastando um dinheiro considerável publicando sobre as realizações da administração. Disse que o que fazia não era para ter ganhos políticos ou para fazer politicagem, mas para colocar seu ponto de vista do que acontecia na cidade, baseados em fatos e na opi

prefeito estive na Câmara, ele foi bem claro dizendo que era preciso se preocupar em priorizar os gastos da administração e via que Lavras estava carente de coisas básicas como a saúde e a educação, pagamento de contas em atraso, como era o caso da APAE, pagamento em dia dos servidores públicos, distribuição das cestas básicas, etc. Disse que o Prefeito publicou uma extensa matéria dizendo que haveria um enxugamento da máquina municipal e até então ele não via nada daquilo acontecer. Percebeu uma contratação excessiva nos últimos meses na prefeitura e podia provar que a atual arrecadação do Município era quase o dobro de 1996. Achava que os gastos não foram tão superiores que os daquele período, uma vez que existia até a deflação no País e não se podia ver realizações ou obras. Disse que também no início do ano o Prefeito prometeu que enviaria o plano de trabalho à Câmara e ele continuava aguardando. O Prefeito respondeu-lhe que pôde observar que a média da arrecadação mensal de 1996 a 1998 era de um milhão e duzentos mil reais aproximadamente e o que realmente pesava muito era a renegociação da dívida com o IPSEMG, cerca de cento e poucos mil reais por mês; também o pagamento do projeto SOMMA que ficava em torno de sessenta e cinco mil reais; 50% da receita eram para o pagamento de pessoal e com os outros tinham de pagar convênios e outros compromissos fixos. Disse que o próximo ano seria apertado para todo o País e estava preocupado em achar uma saída, um ajuste para a situação atual. Estava disposto a ir a luta para entregar a Prefeitura com menos problemas do que quando a recebeu. O Vereador Edson Costa da Silva [illegible]

se que deviam pensar se eram mais importantes os gastos para implantação de indústrias, que gerariam cinquenta ou cem empregos ou gastos para a melhoria da saúde e da educação. Precisavam refletir sobre as necessidades prementes. O Vereador Camilo Martins André disse que há um mês, numa reunião na Prefeitura foi posto que na Escola "Paulo Menicucci" não haveria nenhuma vaga para o próximo ano e ficou acertado que o melhor que teriam a fazer era a construção de uma escola no Conjunto Habitacional "Água Limpa" e que a matéria passaria pela Câmara, mas, até então, nada foi enviado. O Prefeito respondeu-lhe que não havia necessidade da matéria passar pela Câmara e queria fazer todas as salas de aulas que pudesse, dando prioridade à escola na Água Limpa e das salas nos núcleos na zona rural. Disse que tinham de sair até fevereiro. O Presidente disse que devia-haver parceria entre a Secretaria de obras e a da educação, para a solução daqueles problemas. O Prefeito informou que esteve com o pessoal da TRW, na inauguração da unidade da empresa e foi informado que acabariam a preparação do centro de aprendizagem no antigo Casa. O Vereador João Batista de Rezende disse que era grande o número de pessoas à procura de emprego e achava que era uma das maiores preocupações que deveriam ter, pois, estava interligado à saúde e à educação. Disse que passavam por um momento difícil em todos os setores, e era um momento de união entre o Legislativo e o Executivo, porque queriam o melhor para a cidade e com a união, a dedicação e o profissionalismo poderiam conseguir vencer aquela situação de crise. Ressaltou que era também preciso valorizar os servidores efetivos, dando-

funções. O prefeito disse que admirava o trabalho do Vereador João Batista de Rezende e disse-lhe que com a implantação da SUMAG seria o Vereador o maior responsável pelo benefício. O Presidente disse ao prefeito que viu a matéria no jornal que tratava da visita que ele e o Vice-Prefeito fizeram à Superintendência Regional de Ensino em Campo Belo, onde se reuniram com a Sra. Adelaide. Disse que há poucos dias enviou ofício a Belo Horizonte preocupado com a situação da Escola Vinícius Carvalho que poderia ficar sem o 2º grau. O prefeito respondeu-lhe que trataram daquela questão em Campo Belo e foi prometido que haveria uma solução para escola que não ficaria sem o segundo grau. Disse que conseguiram ainda acertar o cadastramento correto dos alunos, pois, estavam tendo prejuízo de mil alunos cadastrados junto ao MEC. Informou que reiteraram a antiga reivindicação para que as provas do supletivo passassem a ser realizadas em haouras e ficaram de confirmar. Disse que sentiu uma boa vontade para atenderem aquele pedido. O Presidente agradeceu ao Presidente, digo, ao Prefeito pela sua presença e pelas informações e esclarecimentos prestados aos Vereadores. O Prefeito disse que sempre estaria pronto para atender aos convites da Câmara. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus foi encerrada a reunião.



Ata da segunda reunião ordinária do décimo período de reuniões da Câmara Municipal de Bauras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e oito. Aos seis dias do mês de outubro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Louis Narami - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Jair Costa - 2º Tesoureiro, Edson Dias de Abreu, João Batista de Rezende, Nilson Teodoro de Carvalho, Ermínio Mendes de Siqueira, Evandro Castanheira Loureda, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. O Presidente participou aos Vereadores que o veto ao Projeto de Lei dispondo sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde, derrubado por dezesseis votos contra um na Câmara, não fez com que o Prefeito promulgasse a matéria mantida e, segundo o Regimento Interno, quando aquilo acontecia o Presidente poderia, dentro de 48 horas, promulgá-la. Diz-se que a sua intenção era de promulgar, mas os